

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2023

***Objeto:** contratação de empresa para prestação de serviços de suporte técnico e apoio administrativo ao departamento de licitações e contratos do Município de Braço do Trombudo/SC, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.*

CURI, ARAÚJO E MACHADO, ADVOGADOS E CONSULTORES S.S., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.472.177/0001-16 e na OAB/SC sob nº 311/98, com sede na Rua Antônio Luz, 255, Centro Empresarial Hoepcke, Ático, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.010-410, Fone/Fax: (48) 3223.3961/3324.2467/3224.7421, neste ato representada pelo **sócio SANDRO LUIZ RODRIGUES ARAÚJO**, que ao final subscreve, vem, respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fundamento no **artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 c/c ao artigo 3º da Lei Complementar 123/06**, pelos fatos e fundamentos a seguir expendidos:

1. DA SÍNTESE FÁTICA

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo instaurou o processo licitatório da modalidade de Pregão Presencial 50/2023, sendo a presente licitação do tipo Menor Preço, por Item, com a finalidade de contratação de empresa para prestação de serviços de suporte técnico e apoio administrativo ao departamento de licitações e contratos do Município de Braço do Trombudo/SC, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.



R. Antônio Luz, 255 | Ático
Centro Empresarial Hoepcke
Florianópolis/SC | Centro | CEP 88010-410
Tels.: (48) 3223.3961 | 3324.2467 | 3224.7421
www.cam-adv.com.br

A licitação foi instaurada com Exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de acordo com o artigo 48, Inciso I da Lei Complementar Nº 147/2014, tendo sido realizada sessão pública na data de 14/04/2023 às 08h e 30min, em atendimento as disposições contidas editais.

Compareceram na referida sessão 02 (duas) empresas licitantes, sendo uma a Sociedade Advocatícia Curi, Araújo e Machado Advogados e Consultores SS e a outra a MEI Nicole Tereza Weber.

Após o recebimento dos envelopes e dos Termos de credenciamento, a comissão de licitação prosseguiu a sessão efetuando a consulta sobre as empresas e os respectivos sócios perante órgãos competentes.

No entanto, ao verificar o credenciamento da ora recorrente, constatou-se que a mesma não continha em seu cartão de CNPJ a expressão de empresa "ME ou EPP", o que não retira a sua condição de Pequeno Porte e tão pouco os benefícios conferidos pela Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

As licitações realizadas exclusivamente para empresas de porte ME, EPP e MEI, não podem afastar as empresas sob regime *sui generis*, como é o caso das sociedades simples ou sociedades advocatícias, que se equiparam às micro e pequenas empresas a depender do seu faturamento.

Referidas sociedades estão geralmente lançadas junto ao registro da Receita Federal (cartão CNPJ) como "demais", justamente por não configurarem sociedades mercantis tradicionais.

Conforme exposto alhures, a Administração se limitou a uma simples consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal, qual constatou que em seu enquadramento de porte, descrito no cartão CNPJ, continha a expressão "DEMAIS".

A Administração desse respeitado município, ao se deparar com a nomenclatura "DEMAIS", decidiu por desqualificar a Recorrente, pelo fato de não entender e/ou desconhecer o significado da referida expressão no porte de Sociedade Simples de Advogados, concluindo que a mesma não continha o porte equivalente às micro ou pequenas empresas, necessário para participação da presente licitação.

Decidiu, então, a Sra. Pregoeira por suspender a sessão e abrir o prazo para a apresentação de recurso administrativo, designando a data de 26/04/2023 como limite para seu protocolo.

Sem alternativa, vem a ora recorrente apresentar competente recurso administrativo, a fim de demonstrar que a decisão em debate merece ser reformada, esclarecendo porque a **Sociedade Curi, Araújo e Machado Advogados e Consultores SS, encontra-se plenamente qualificada para a**



participação de editais exclusivos para empresas de (porte) ME, EPP e/ou MEI.

2. DO ENQUADRAMENTO DA SOCIEDADE SIMPLES

A Sociedade de Advogados, possuem personalidade jurídica mediante o registro de seus atos constitutivos (ou estatutos) no Conselho Seccional da OAB onde tenha Sede. Assim, as sociedades advocatícias nunca serão registradas em Juntas Comerciais ou Cartórios.

A título de contextualização inicial da matéria, impende colacionar as disposições do art. 3º da Lei Complementar 123/06 (LC 123/06):

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que (sem grifos no original).

De acordo com o supracitado dispositivo legal, consideram-se Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para fins de aplicação das disposições da LC 123/06, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei 10.406/02 (Código Civil).

De acordo com a abalizada doutrina civilista, as sociedades de advogados categorizam-se, enquanto, sociedades simples. Vejamos o entendimento da consagrada jurista Maria Helena Diniz:

A sociedade simples é a pessoa jurídica de direito privado (CC, art. 44, II) que visa ao fim econômico ou lucrativo, pois o lucro obtido deverá ser repartido entre os sócios, sendo alcançado com o exercício de certas profissões ou pela prestação de serviços técnicos (CC, arts. 997 a 1.308; ...). P. ex. uma sociedade imobiliária, uma sociedade de advogados (Lei n. 8.906/94, arts. 15 a 17 Provimento 112/206 [sic] do Conselho Federal da OAB), uma sociedade que presta serviços de pintura (...), de mecânica ou terraplanagem (...), ou uma sociedade cooperativa (CC, arts. 982,





CURI, ARAÚJO E MACHADO
Advogados e Consultores

parágrafo único, 1.093 a 1.096; Súmula 262 do STJ). Essa atividade não poderá ser objeto de exploração direta, por não poder constituir elemento de empresa (CC, art. 966, parágrafo único, in fine), hipótese em que a sociedade deixará de ser simples, passando a ser, então, empresária. (DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil: direito de empresa. 9. ed. vol. 8. Saraiva, 2017. p. 247)

De acordo com o Código Civil, as sociedades podem ser de duas categorias: simples e empresárias. Ambas exploram atividades econômicas e objetivam lucro. A diferença entre elas reside no fato de a sociedade simples explorar atividade não empresarial, tais como atividades intelectuais, enquanto a sociedade empresária explora atividade econômica empresarial, marcada pela organização dos fatores de produção (CC 982).

A sociedade simples é formada por pessoas que exercem a profissão do gênero intelectual, tendo como espécie a natureza científica, literária ou artística, e mesmo que conte com a colaboração de auxiliares, o exercício da profissão não constituirá elemento de empresa (...). As sociedades de advogados são sociedades simples, marcadas pela inexistência de organização dos fatores de produção para o desenvolvimento da atividade a que se propõem.

Os sócios, advogados, ainda que objetivem lucro, utilizem-se de estrutura complexa e contem colaboradores nunca revestirão caráter empresarial, tendo em vista a existência de expressa vedação legal (EOAB 15 a 17). Impossível que sejam levados em consideração, em processo de dissolução de sociedade simples, elementos típicos de sociedade empresária, tais como bens incorpóreos, como a clientela e seu respectivo valor econômico e a estrutura do escritório (STJ, 4ª T., Resp 1227240/SP, rel., Min. Luis Felipe Salomão).

A norma deste art. 982 vem instituir uma nova divisão entre as formas societárias até então definidas pelo direito brasileiro. Ficou abolida, desde então, a antiga divisão entre sociedades civis e comerciais, oriunda da legislação francesa, passando-se à orientação adotada pelo direito italiano, como se vê na clara correspondência entre este art. 982 do Código Civil pátrio e o art. 2.249 do Código Civil peninsular.

Se adotarmos um paralelo simétrico, a antiga sociedade comercial passou a ser denominada sociedade empresária, enquanto a sociedade civil, regulada pelo Código Civil de 1916, passou a ser definida como sociedade simples, ainda que esta última tenha, no contexto do Código, caráter indisfarçavelmente polissêmico, acerca do qual discorrer-se-á mais adiante, por ocasião dos comentários ao art. 997. A sociedade empresária é aquela que em



R. Antônio Luz, 255 | Ático
Centro Empresarial Hoepcke
Florianópolis/SC | Centro | CEP 88010-410
Tels.: (48) 3223.3961 | 3324.2467 | 3224.7421
www.cam-adv.com.br

por finalidade o exercício de uma atividade empresarial, isto é, voltada para a produção e circulação de bens e serviços, e sujeita a registro na Junta Comercial (art. 966). A sociedade simples, por sua vez, é aquela que tem por objetivo o exercício de uma atividade relacionada a profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística (art. 966, parágrafo único), desde que o exercício da profissão em si, não esteja a constituir elemento de empresa, ou de outras atividades tipicamente não empresárias, tal como ocorre, p. ex., no âmbito das sociedades cooperativas. A sociedade de advogados é um típico exemplo de sociedade simples, até porque a lei de regulação da sociedade advocatícia assim expressamente prevê (Lei 8.906/94, art. 15).

Segundo, Beatriz Regina Tavares da Silva, **a sociedade simples é aquela constituída para o exercício de atividades que não sejam estritamente empresariais, como ocorre nos casos de atividades rurais, educacionais, médicas** ... (SILVA, Regina Beatriz Tavares da Silva (Coord); FIUZA, Ricardo. Código Civil Comentado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 957)

De fato, se analisado o telos que informa a concessão dos benefícios da LC 123/2006 (promoção do desenvolvimento econômico e social, mediante a criação de mecanismos de acesso ao mercado) evidente que as sociedades de advogados devem ser equiparadas, necessariamente ao porte equivalente ao faturamento anual, já que não se pode, sob argumento algum, excluí-las dos referidos benefícios.

Ora, seria um absoluto contrassenso aceder com a utilização de instrumentos eminentemente destinados ao desenvolvimento econômico da nação, excluindo uma espécie societária.

Com efeito, não se poderia mitigá-la as disposições dos arts. 42 a 49 da LC 123/06.

Enfim, embora as sociedades de advogados categorizem-se como sociedades simples, é preciso estender a elas a concessão dos benefícios não tributários previstos na LC 123/06 (a exemplo do dever de se deflagrem licitações exclusivas ou ainda garantir a concessão empate ficto), justamente porque a LC 123/06 não as excluem.

A Sociedade Simples é voltada para sociedades constituídas por profissionais que prestam serviços. Ou seja, os próprios sócios exercem as atividades da empresa. Além da Sociedade de Advogados, registrada perante o Conselho de Ordem dos Advogados do Brasil, exemplos são os médicos e outros profissionais que têm suas profissões como própria atividade.

Geralmente são aquelas atividades de cunho intelectual. Além disto, eles devem possuir registro em órgão de classe, como a OAB, CRM, etc.



Portando as **Sociedades Simples** de Advocacia por exercerem este tipo de atividade, devem ser registradas junto a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, de onde possuem sede e por isso recebem a expressão “DEMAIS”, no cartão do CNPJ a Receita Federal que a enquadra desta maneira por conta da atividade que a mesma exerce, sendo regulamentada por entidade específica, mas isto não quer dizer que a mesma não possui o porte de empresas EPP e ME, podendo valer-se dos benefícios da Lei Complementar 123/06.

As Sociedades criadas com fito de exercício profissional próprio, como explicado acima, também recebem esta expressão. Explica-se, não tão somente as empresas de médio e grande porte registradas na Junta Comercial usam-se desta nomenclatura “DEMAIS”.

As empresas no qual são enquadradas sobre a expressão de porte ME ou EPP, são as empresas prestadoras de serviços (atividades) em âmbito comercial ou empresarial.

Conforme Lei Complementar 123/06, instituiu novo estatuto nacional de regulamentação da Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, bem como estabelece tratamento tributários diferenciado e simplificado, conhecido como simples nacional ou Super Simples conforme:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere.

Importante destacar novamente, o 3º da Lei Complementar nº 123/06, que traz a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Não obstante, a Redação da Lei Complementar nº 155 de 2016, que alterou a Lei Complementar nº 123 de 2006, disciplina o enquadramento das empresas pela receita bruta, auferida em cada ano, conforme disposto no **Art. 3º Caput, Inciso II:**



Empresa de Pequeno Porte – EPP, pois sua receita bruta anual é de R\$ 1.658.064,72 (um milhão, seiscentos e cinquenta e oito mil, sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) documento em anexo, a mesma é possuidora de todos os benefícios de empresas de enquadramento EPP e ME, pois se enquadra na mesma classe por conta do faturamento de sua recita bruta anual.

A expressão descrita no seu Cartão de CNPJ como “DEMAIS” é uma expressão criada mediante a regulamentação disposta no **Evento 222**, que define que somente **as naturezas jurídicas 206-2, 207-0, 208-9, 213-5, 223-2, 224-0, 225-9, 226-7, 230-5 e 231-3 exigem o enquadramento de Porte da Empresa**. Para estas naturezas jurídicas, o porte pode ser “ME” ou “EPP”.

Segue em anexo a Declaração expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Estado de Santa Catarina em que declara que a Sociedade Simples de Advogados enquadra-se na categoria de porte de Empresas EPP e ME, podendo usufruir dos benefícios que a Lei Complementar 123/06.).

Data vênua, percebemos que não houve conhecimento do assunto na referida sessão sobre o porte de uma Sociedade Simples de Advogados, o que é justificável, pois entendemos que se trata de um assunto recente no orçamento jurídico e ainda de ordem tributária.

Mas, entendemos também da sessão poderia a comissão de licitação ter providenciado diligências em setores específicos, sendo a própria contabilidade da Prefeitura e o seu departamento jurídico.

3. DA POSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIAS - PODER-DEVER DA ADMINISTRAÇÃO.

Como é sabido, o estatuto de licitações é claro ao permitir a realização de diligências para sanar qualquer DÚVIDA ou suprir eventual vício escusável ou formal existente na documentação habilitatória das licitantes, especialmente quando se trata de solicitar simples esclarecimento sobre o seu enquadramento, ou se quer dizer da expressão utilizada em seu Cartão de CNPJ.

Portanto, a existência de qualquer rastro de dúvidas em relação à documentação apresentada pela recorrente enseja o PODER-DEVER da administração em realizar **diligências esclarecedoras ou complementares**, pertinentes e suficientes para formação do convencimento da comissão de licitação, conforme previsto no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, interpretado conjuntamente ao princípio da indisponibilidade do interesse público. Segue o dispositivo legal:



Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

O ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, em brilhante redação, enfatiza a necessidade da realização de diligências esclarecedoras:

“A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização.”
(Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.) (grifamos)

O dever de diligência é defendido pelo Tribunal de Contas da União em inúmeros de seus julgados. No Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário, ele já decidiu que é **“irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência”**.

Assim, de acordo com o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União, **o dispositivo legal não veicula uma simples discricionariedade ao gestor público, mas sim um verdadeiro dever de ação nas situações em que a diligência se mostrar necessária e adequada.**

Nessa senda, absolutamente nada impediria à Comissão em abrir uma diligência para esclarecer a situação qual não detinha conhecimento.

É pacífico o entendimento do Tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas, não devem levar necessariamente à





CURI, ARAÚJO E MACHADO
Advogados e Consultores

inabilitação, cabendo à Comissão Julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame (Lei 8.666/1993, art. 43, §3º). É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: "**atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei**".

O Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina milita em favor desta recorrente em relação à obrigatoriedade de realização de diligências esclarecedoras:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. EMPRESA LICITANTE QUE APRESENTOU PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS ORÇANDO TRIBUTOS COM ALÍQUOTAS EQUIVOCADAS. **DESCCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA. ILEGALIDADE. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DO DOCUMENTO.** APLICAÇÃO DO ART. 43, § 3º, DA LEI N.º 8.666/93 AO PREGÃO PRESENCIAL, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI N.º 10.520/02. **PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU A COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE FACULDADE DA COMISSÃO LICITANTE. DEVER-PODER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO.** ERRO DE CÁLCULO QUE TRADUZ VÍCIO FORMAL. CORREÇÃO ADMITIDA, ASSEGURADO O VALOR GLOBAL DA PROPOSTA. **PREVALÊNCIA DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SOBRE O FORMALISMO EXACERBADO. ART. 3º, CAPUT, DA LEI N.º 8.666/93.** APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDAS. "**Os esforços devem ser no sentido de reconhecer a adequação dos atos praticados por licitantes, evitando-se que o certame seja conduzido como uma gincana destinada a prestigiar o particular mais gabaritado nos ritos burocráticos. As solenidades são relevantes na mesma medida em que atendam ao interesse público verdadeiro, não às servilidades formais da Administração ou dos outros partícipes**" (TJSC, Apelação Cível n.º 5001850-48.2019.8.24.0081, de Xaxim, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. 23.02.21). (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 5005074-95.2020.8.24.0036, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. Tue Feb 22 00:00:00 GMT-03:00 2022) (TJ-SC - APL: 50050749520208240036, Relator: Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Data de Julgamento: 22/02/2022, Segunda Câmara de Direito Público) (grifamos)



R. Antônio Luz, 255 | Ático
Centro Empresarial Hoepecke
Florianópolis/SC | Centro | CEP 88010-410
Tels.: (48) 3223.3961 | 3324.2467 | 3224.7421
www.cam-adv.com.br

E segue no corpo do respeitável acórdão acima colacionado, sobre o PODER-DEVER da administração na realização dessas diligências em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público:

"[...] Isso porque, nada obstante o preceito aludir à faculdade da comissão licitante, a jurisprudência orienta-se no sentido de que se trata de dever-poder, pois a consecução do interesse público primário não está à mercê do livre arbítrio do administrador público, por força do princípio da indisponibilidade do interesse público que rege o regime jurídico-administrativo. E, cuidando-se de um dever-poder, não se cogita de discricionariedade administrativa neste tocante, revelando-se possível ao Poder Judiciário o controle de legalidade do ato administrativo que defere ou indefere as providências focalizadas." (TJ-SC - APL: 50050749520208240036, Relator: Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Data de Julgamento: 22/02/2022, Segunda Câmara de Direito Público)

Além do que, com o intuito de se privilegiar e otimizar a ampla competitividade no processo licitatório, é possível retificar vícios que podem ser afastados de forma a evitar a inabilitação ou desclassificação de uma licitante.

Nesse sentido, afasta-se a forma para privilegiar os princípios da finalidade, da busca pela verdade material, da ampla competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa.

Não obstante, convém registrar que é dever da Administração promover a licitação com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa, assegurando competitividade, evitando, contudo, rigorismos incompatíveis com o espírito da Lei.

Infere-se, ainda, que é vedado à Administração ultrapassar os limites da legalidade, por meio da inclusão ou de interpretações exorbitantes que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes.

A licitação destina-se garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer seja conhecido e provido o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** para julgá-lo totalmente procedente, com a



consequente reforma a decisão que desqualificou a ora Recorrente (Credenciamento), a fim de que seja reconhecida sua regular qualificação e credenciamento com base na fundamentação supra para que se obtenha a melhor proposta em procedimento justo e legítimo, atendendo assim, ao interesse público de forma satisfatória.

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente para que, após análise dos mesmos, defira presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório referente ao presente certame.

Espera deferimento.

Florianópolis/SC, 25 de abril de 2023.

Sandro Luiz Rodrigues Araújo
CPF: 003.586.839-20
RG 30803265

